crlisboa

e-PUBLICAÇÃO

conferência

O RECURSO DE ANULAÇÃO, NO CONTENCIOSO DE LEGALIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

ORADORA
Inês Neves
Advogada e Assistente Convidada
da Faculdade de Direito da
Universidade do Porto

conferência

RECURSO DE ANULAÇÃO NO CONTENCIOSO DE LEGALIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

VEJA NO
YOUTUBE

YouTube

DIPLOMAS*

Direito Europeu

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA, DE 25 DE MARÇO DE 1957 (VERSÃO CONSOLIDADA)

Artigo 13.º, n.º 2

Artigo 17.º, n.os 1 e 2

Artigo 20.º, n.º 1 (ex-artigo 17.º TCE)

Artigo 101.º (ex-artigo 81.º TCE)

Artigo 102.º (ex-artigo 82.º TCE)

Artigo 218.º, n.º 6 (ex-artigo 300.º TCE)

Artigo 256.º, n.º 3 (ex-artigo 225.º TCE)

Artigo 263.º (ex-artigo 230.º TCE)

Artigo 264.º (ex-artigo 231.º TCE)

Artigo 265.º (ex-artigo 232.º TCE)

Artigo 266.º (ex-artigo 233.º TCE)

Artigo 272.º (ex-artigo 238.º TCE)

Artigo 275.º

Artigo 288.º (ex-artigo 249.º TCE)

Artigo 289.º

Artigo 296.º (ex-artigo 253.º TCE)

Artigo 297.º (ex-artigo 254.º TCE)

Artigo 339.º (ex-artigo 287.º TCE)

Artigo 340.º (ex-artigo 288.º TCE)

* A presente compilação resulta de uma seleção concebida pelo CRL, a qual não pretende ser exaustiva e não prescinde a consulta destes e de outros textos legais publicados em Diário da República, disponíveis em https://dre.pt/.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1992 (VERSÃO CONSOLIDADA)

Artigo 5.º, n.º 2 (ex-artigo 5.º TCE)

Artigo 9.º

Artigo 24.º, n.º 1 (ex-artigo 11.º TUE)

Artigo 40.º (ex-artigo 47.º TUE)

Artigo 48.º, n.º 6 (ex-artigo 48.º TUE)

Artigo 50.º, n.º 1

Artigo 81.º (ex-artigo 65.º TCE)

PROTOCOLO (N.º 2) RELATIVO À APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SUBSIDIARIEDADE E DA PROPORCIONALIDADE, de 9 de maio de 2008

Artigo 8.º

PROTOCOLO (N.º 4) RELATIVO AOS ESTATUTOS DO SISTEMA EUROPEU DE BANCOS CENTRAIS E DO BANCO CENTRAL EUROPEU, de 7 de junho de 2016

Artigo 14.º, n.º 2 (Bancos centrais nacionais)

CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000

REGULAMENTO DE PROCESSO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DE 29 DE SETEMBRO DE 2012

Artigo 50.º (Recurso de um ato de uma instituição)

Artigo 51.º (Dilação em razão de distância)

Artigo 86.º (Data da prolação do acórdão)

Artigo 127.º (Fundamentos novos)

REGULAMENTO DE PROCESSO DO TRIBUNAL GERAL, DE 4 DE MARÇO DE 2015

Artigo 59.º (Recurso de um ato de uma instituição publicado no Jornal Oficial da União Europeia)

Artigo 60.º (Prazo de dilação em razão da distância)

PROTOCOLO (N.º 3) RELATIVO AO ESTATUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Artigo 51.º

Artigo 45.º

Jurisprudência

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º 2/54, de 21 de dezembro de 1954

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º 25/62, de 15 de julho de 1963

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-22/70, de 31 de março de 1971

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º 62/70, de 23 de novembro de 1971

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-166/78, de 12 de julho de 1979

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-60/81, de 11 de novembro de 1981

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º 155/79, de 18 de maio de 1982

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º 53/85, de 24 de junho de 1986

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º 302/87, de 27 de setembro de 1988

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-331/88, de 13 de novembro de 1990

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-70/88, de 4 de outubro de 1991

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processo n.º T-57/91, de 24 de setembro de 1996

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-57/95, de 20 de março de 1997

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-19/93 P, de 19 de outubro de 1995

Despacho do Tribunal de Primeira Instância, Processo n.º T-122/96, de 30 de setembro de 1997

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-122/95, de 10 de março de 1998

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-367/95 P, de 2 de abril de 1998

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-386/96 P, de 5 de maio de 1998

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processos apensos T-132/96 e T-143/96, de 15 de dezembro de 1999

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processos apensos T-32/98 e T-41/98, de 10 de fevereiro de 2000

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-210/98 P, de 13 de julho de 2000

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processos apensos T-45/98 e T-47/98, de 13 de dezembro de 2001

Despacho do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-406/01, de 17 de maio de 2002

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-236/01, de 9 de setembro de 2003

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processo T-93/02, de 18 de janeiro de 2005

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-400/99, de 10 de maio de 2005

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processos apensos n.º C-189/02 C-202/02 P, C-205/02 P, C-206/02 P, C-207/02 P, C-208/02 P e C-213/02 P, de 28 de junho de 2005

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processo n.º T-87/05, de 21 de setembro de 2005

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processos apensos C-182/03 e C-217/03, de 22 de junho de 2006

Despacho do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-150/06 P, de 13 de março de 2007

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processo T-253/03, de 17 de setembro de 2007

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processos apensos C-75/05 P e C-80/05, de 11 de setembro de 2008

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-487/06 P, de 22 de dezembro de 2008

Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, Processo n.º T-292/02, de 11 de junho de 2009

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-535/06 P, de 3 de setembro de 2009

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-519/07 P, de 17 de setembro de 2009

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-370/07, de 1 de outubro de 2009

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-425/08, de 15 de outubro de 2009

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-89/08 P, de 2 de dezembro de 2009

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-280/08 P, de 14 de outubro de 2010

Acórdão do Tribunal Geral, Processo n.º T-257/07, de 9 de setembro de 2011

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-521/09 P, de 29 de setembro de 2011

Acórdão do Tribunal Geral, Processo n.º T-262/10, de 25 de outubro de 2011

Despacho do Tribunal Geral, Processo n.º T-236/10, de 29 de março de 2012

Acórdão do Tribunal Geral, Processo n.º T-182/10, de 15 de janeiro de 2013

Conclusões da Advogada-Geral Juliane Kokott, Processo n.º C-583/11 P, de 17 de janeiro de 2013

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-439/11 P, de 11 de julho de 2013

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-583/11 P, de 3 de outubro de 2013

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-81/13, de 18 de dezembro de 2014

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-425/13, de 16 de julho de 2015

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-415/14 P, de 28 de janeiro de 2016

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-361/14 P, de 14 de junho de 2016

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-337/16 P, de 17 de maio de 2017

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-687/15, de 25 de outubro de 2017

Acórdão do Tribunal Geral, Processo n.º T-52/16, de 13 de dezembro de 2017

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-384/16 P, de 13 de março de 2018

Acórdão do Tribunal Geral, Processo n.º T-584/13, de 17 de maio de 2018

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-57/16 P, de 4 de setembro de 2018

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-471/18 P, de 21 de janeiro de 2021

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-689/19, de 25 de fevereiro de 2021

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-24/20, de 22 de novembro de 2022

Conclusões do Advogado-Geral M. Priit Pikamäe, Processos apensos n.º C-73/22 P e C-77/22 P, de 2 de março de 2023

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-501/21 P, de 15 de junho de 2023

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processos apensos n.º C-73/22 P e C-77/22 P, de 13 de julho de 2023

Acórdão do Tribunal de Justiça, Processo n.º C-136/22 P, de 13 de julho de 2023

Relatórios:

Relatório final do Círculo de Discussão sobre o Funcionamento do Tribunal de Justiça, CONV 636/03, de 25 de março de 2003

Nota de transmissão do Praesidium à Convenção, CONV 636/03, de 12 de maio de 2003

crlisboa

FICHA TÉCNICA

Título

O recurso de anulação no contencioso de legalidade da União Europeia

Edição

Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

Rua dos Anjos, 79

1150-035 Lisboa

T. 21 312 98 50 E. crlisboa@crl.oa.pt

www.oa.pt/lisboa

Coordenação

João Massano

Centro de Publicações

Marlene Teixeira de Carvalho

Colaboradores

Susana Rebelo

Sofia Galvão